

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

	APEN	SADOS	
			_
-			

0
0
0
_
Ш
0

AUTOR: (DO POMPEO DE MATTOS) Nº DE ORIGEM:

Exige assinatura de Termo de Compromisso do solicitante, para a obtenção de arma de fogo.

DESPACHO: 05/05/99 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI № 479, DE 1999)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 22 , 6 , 99

	PRAZO DE EMENDAS	3		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO		
	1 1	1 1		
	1 1	1 1		
	1 1	1 1		
	1 1	1 1		
	1 1	1 1		
	1 1	1 1		
	1 1	1 1		

# PROJETO DE LEI

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO /	VISTA			
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	2,5		
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1

DCM 3.17.07.003-7 (ABR/99)

### CAMARA DOS DEPUTADOS





Exige assinatura de Termo de Compromisso do solicitante, para a obtenção de arma de fogo.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 479, DE 1999)

### O Congresso Nacional Decreta:

- Art. 1º Fica o solicitante de licença para adquirir arma de fogo, obrigado a apresentar termo de compromisso responsabilizando-se pela guarda do artefato.
- Art. 2º O termo referido no art. 1º, deverá informar o local de guarda da arma a ser licenciada, e atestar a segurança do mesmo.
- § 1º O não-cumprimento das declarações ou a inexatidão das mesmas, imputará dolo para o titular da licença, em caso de uso proposital ou acidental por terceiros, respondendo nas penas do autor.
- Art. 3º Esta Lei entrará em vigor sessenta dias após a sua publicação.
  - Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

## JUSTIFICAÇÃO

Na mesma linha de outra proposição que estou apresentando nesta Casa, o presente projeto de lei pretende instituir a obrigatoriedade da assinatura de Termo de Responsabilidade para o requerente de autorização para compra de arma de fogo. Diariamente somos surpreendidos por novos casos de violência e morte originados por armas guardadas na residência do proprietário e utilizadas por terceiros, muitas vezes crianças e adolescentes da própria família. Em geral, as tragédias ocorrem por negligência do dono da arma que armazena o artefato em local inseguro e de fácil acesso.



Com a criação do Termo de Responsabilidade, deverá o solicitante da autorização para compra da arma informar as condições de armazenamento, e também, atestar a segurança do local.

Outra inovação é a imputação de dolo ao proprietário da arma, em caso de descumprimento do Termo de Responsabilidade, ou ainda, na eventual constatação de inexatidão das informações prestadas, se a referida arma vir à ser usada por terceiros proposital ou acidentalmente. Neste particular o proprietário responderá nas penas do autor.

A medida não deve ser interpretada como um excesso de rigor de parte do autor, pois, a mesma destina-se à prevenir episódios trágicos, que conforme citado, são em sua maioria originados pela negligência e impunidade.

Na certeza de estar propondo matéria de altíssima relevância e de urgente interesse público, solicito aos nobres pares a aprovação da mesma.

Sala da Sessões, 05 de maio de 1999.

POMPEO DE MATTOS

Vice-Líder da Bancada
PDT

Lote: 75 Caixa: 144
PL Nº 851/1999
3

FLENARIO - RECEBIDO
Em PS OS 19 às 16 : Res
Nome
Pento 1749